

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL nº 1428241 - SP (2019/0007305-2)**

**RELATOR : MIN. SÉRGIO KUKINA**

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
ADVOGADO : GENGIS AUGUSTO CAL FREIRE DE SOUZA E OUTRO(S) - SP352423  
AGRAVADO : UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS  
ADVOGADOS : LILIANE NETO BARROSO E OUTRO(S) - SP276488  
: PAULA REGINA GUERRA DE RESENDE COURI - SP340947  
SOC. de ADV. : BARROSO, MUZZI, BARROS, GUERRA E ASSOCIADOS - ADV. E CONS.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial manejado pelo **Município de São Paulo**, desafiando decisão da Presidência da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou seguimento ao recurso especial, sob os seguintes fundamentos: (I) Não houve violação ao art. 1.022 do CPC/2015; (II) os argumentos expedidos não são suficientes para infirmar as conclusões do acórdão combatido; (III) não ficou evidenciado o suposto maltrato às normas legais enunciadas; e (IV) as teses suscitadas no apelo especial demandariam novo exame do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

**É o relatório.**

Verifica-se que o inconformismo não ultrapassa a barreira do conhecimento, pois a parte agravante deixou de impugnar a totalidade dos motivos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial.

No caso, a parte agravante deixou de rebater, de modo específico, que as teses suscitadas, no apelo especial, demandariam novo exame do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Ressalta-se que, apesar de fazer menção ao verbete sumular nº 7/STJ (discorrendo, genericamente, sobre a aplicação da legislação tida como violada), a parte agravante não declinou os motivos pelos quais, no seu entender, o referido óbice não seria aplicável ao caso concreto, limitando-se a reeditar os mesmos argumentos

apresentados no recurso inadmitido.

Incide, desse modo, a Súmula 182/STJ (*"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida."*).

Essa foi a linha de entendimento recentemente confirmada pela Corte Especial do STJ, na assentada de 19 de setembro de 2018, ao julgar o **EAREsp 701.404/SC** e o **EAREsp 831.326/SP** (acórdãos pendentes de publicação).

Diante do exposto, **não conheço** do agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator

